

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011 (do Sr. Vanderlei Macris)

Requer que seja convocado o Sr. Paulo Bernardo, Ministro das Comunicações, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca de notícias veiculadas na imprensa nacional sobre seu envolvimento em negociações de contratos para obras rodoviárias e ferrovias em execução ou a serem executadas no Estado do Paraná, no bojo do descontrole da execução financeira das obras sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes e assuntos do Ministério das Comunicações.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para convocar o Sr. Paulo Bernardo, Ministro das Comunicações, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca de notícias veiculadas na imprensa nacional sobre seu envolvimento em negociações de contratos para obras rodoviárias e ferrovias em execução ou a serem executadas no Estado do Paraná, no bojo do descontrole da execução financeira das obras sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes.

JUSTIFICAÇÃO

As denúncias recentemente publicadas pela imprensa nacional dão conta de aumentos frequentes e desarrazoados nos custos de obras públicas, notadamente rodovia e ferrovias, descontrole nos aditivos contratuais realizados em contratos firmados com empreiteiras, entre outras irregularidades envolvendo contratos e verbas públicas no Ministério dos Transportes, ao mesmo tempo em que denuncia o envolvimento do Senhor. Paulo Bernardo , quando comandava a Pasta do Planejamento , para acertar obras rodoviárias executadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, bem como de obras ferroviárias sem licitação.

Paulo Bernardo propôs obra sem licitação, diz Requião DE BRASÍLIA

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) acusa o ministro Paulo Bernardo (Comunicações) de lhe ter proposto construir uma ferrovia sem licitação que beneficiaria uma empresa privada.

O valor da ferrovia, caso fosse viabilizada, diz o senador, passaria de R\$ 220 milhões para R\$ 540 milhões.

Na época, Requião era governador do Paraná e Bernardo ministro do Planejamento, pasta que não tem relação com a obra.

O ministro confirmou à Folha que se reuniu com Requião "por determinação do presidente Lula" para discutir a obra, mas nega ter tratado de direcionamento ou superfaturamento.

Os dois ingressaram com representações no Ministério Público Federal do Paraná para investigar o caso. O ministro também recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) para processar Requião por crime de calúnia.

O ministro tem sido acusado por integrantes do PR como o responsável por acréscimos suspeitos em obras. Ele nega.

Requião afirma que Bernardo o procurou em 2008 num domingo, com o atual dirigente da ANTT (agência que regula os transportes), Bernardo Figueiredo, então assessor da Casa Civil.

O ministro, por sua vez, disse que o encontro foi numa sexta-feira, não num domingo, e que foi na casa do governador, a convite.

Na semana passada, o então ministro Alfredo Nascimento deixou a pasta dos Transportes após acusações de desvios em obras.

] **O Globo**

Publicada em 09/07/2011 às 23h30m

Luíza Damé O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, negou ontem que tenha recebido empreiteiras, quando comandava a pasta do Planejamento, para acertar obras rodoviárias executadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - (Dnit). Afirmou, porém, que pediu ao diretor-geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot, informações sobre o andamento de obras no Paraná, base política do ministro e de sua mulher, a chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. O diretor do Dnit disse a interlocutores ter provas de que empreiteiras negociavam com Paulo Bernardo um pacote pronto de projetos, como publicou ontem Jorge Bastos Moreno na coluna "Nhenhênhem".

- Pagot não era meu subordinado, e servidor público obedece a ordens formais que ficam registradas no sistema do governo. No serviço público, fazemos apenas o que a lei determina - afirmou o ministro, por e-mail.

Jornal Folha de São Paulo de 8/7/2011

Petista é responsável por 90% das obras do Dnit, diz Pagot

Depois de perder o comando do Ministério dos Transportes sob acusações de corrupção, o PR manda ao governo seu recado: não quer pagar sozinho pelas denúncias que abalaram a pasta e já faz ameaças a petistas que estão na estrutura do órgão

CATIA SEABRA

DE BRASÍLIA

Depois de perder o comando do Ministério dos Transportes sob acusações de corrupção, o PR manda ao governo seu recado: não quer pagar sozinho pelas denúncias que abalaram a pasta e já faz ameaças a petistas que estão na estrutura do órgão.

Afastado após ser envolvido nas acusações que derrubaram o ex-ministro Alfredo Nascimento, o diretor-geral do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), Luiz Antonio Pagot, deu prévia ontem de como será seu primeiro depoimento sobre o caso, terça-feira, no Congresso. "O Dnit é um colegiado. O Hideraldo manda tanto quanto o Pagot", disse, em referência ao petista Hideraldo Caron, diretor de Infraestrutura Rodoviária do Dnit, e listando, em seguida, todo o colegiado do órgão. Caron, filiado ao PT do Rio Grande do Sul desde 1985, é apontado por políticos como uma espécie de "espião" de Dilma Rousseff no Dnit. Segundo Pagot, ele era responsável por 90% das obras, já que cuidava da diretoria de Infraestrutura do órgão.

"No Dnit só se aprova por unanimidade. É claro que cada um é responsável por sua área. A responsabilidade pelas obras é do Hideraldo. Como ele é diretor de Infraestrutura Rodoviária, é óbvio que tem um volume maior concentrado", disse Pagot, ressaltando que "não é Hideraldo que toma as decisões".

A pedido do senador Blairo Maggi (PR-MT), seu padrinho político, Pagot dará explicações públicas na Câmara e no Senado.

Ele foi escalado para defender publicamente o PR. Só depois, a sigla pretende encaminhar ao Planalto seus indicados para o ministério. Além de compartilhar a responsabilidade com o colegiado, Pagot afirma que só executa obras.

"Cumprimos. Não inventamos orçamento. O Dnit não faz política pública, é um executor de obras e prestador de serviços em algumas áreas. É fácil ficar acusando quando não se sabe como as coisas funcionam." Para integrantes do PR, o recado de Pagot tinha também outro destinatário: o ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo (PT), hoje nas Comunicações. Segundo senadores do PR, Pagot deve afirmar, em depoimento, que cumpria ordens e citar de onde partiam.

Incomodados, comandantes do PR disseram ainda que a atual ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, mulher de Paulo Bernardo, era quem acompanhava a execução das obras no Paraná.

Em nota, Paulo Bernardo disse que "obras previstas no Orçamento Geral da União passam pelo Planejamento sem que isso implique qualquer envolvimento do titular na execução dos projetos".(nosso grifo).

As notícias resultaram no afastamento preventivo do Chefe de Gabinete do Ministro dos Transportes, Mauro Barbosa, do assessor do ministério Luiz Tito Bonvini, do diretor-geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot, e do presidente da estatal Valec, José Francisco das Neves.

Decerto que o afastamento de alguns dos envolvidos não tem o condão de encerrar o caso, nem é suficiente para solucionar ou esclarecer os fatos acima indicados. A medida, no entanto, confirma a gravidade das denúncias e a presença de fortes indícios da prática de atos ilícitos.

A convocação que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de julho de 2011.

Deputado Vanderlei Macris

(PSDB – SP)